

Para o Governo, Operação Desmonte foi desmontada

BRASÍLIA — Assessores econômicos do Governo entendem que a proposta de Orçamento da União para 1989, preparada pelo Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, foi desmontada. Eles chegaram a essa conclusão ao analisarem os resultados da negociação empreendida pelo Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, com a Comissão Mista de Orçamento do Congresso. O autor da famosa Operação Desmonte teve questionadas, segundo esses assessores, pelo menos três de suas teses principais: o superávit de 0,07 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do setor público para o ano que vem; a indexação das verbas orçamentárias; e o esquema de pagamento das dívidas externas dos Estados e Municípios. O Orçamento, dizem eles, está sendo praticamente reescrito.

As negociações do fim de sema-

na entre congressistas e Costa Couto deram a dimensão do isolamento a que foi submetido o Ministro do Planejamento dentro do Governo. Ele perdeu não apenas por ver rejeitadas suas teses, mas também por ter reduzida a sua participação nos entendimentos. Nos últimos dois dias, os seus principais assessores, como o Secretário-Geral do Planejamento, Ricardo Santiago, e o Secretário de Orçamento da Seplan, José Ribas Netto, passaram a despachar diretamente com Costa Couto, durante as suas reuniões com a Comissão Mista de Orçamento. Ontem, João Batista de Abreu não se envolveu diretamente nas negociações. Aproveitou a manhã para passear e, no início da tarde, esteve rapidamente na casa de Costa Couto, indo depois para sua residência.

Assessores próximos do Ministro

do Planejamento garantem que ele não pretende deixar o Governo. Admitem, entretanto, que suas teses de Orçamento equilibrado foram derrotadas por uma negociação política que foi empreendida à sua revelia. João Batista de Abreu, que já tinha sido abandonado politicamente pelo Governador Newton Cardoso, vê-se agora excluído pelo Congresso, que condena sua atitude intransigente nas negociações.

— O Ministro acha que marcou sua posição. Se o programa que for acertado com o Congresso não der certo, ele não poderá ser responsabilizado — afirmam seus assessores, preocupados com os problemas que a proposta negociada com o Congresso poderá trazer. Eles consideram que o principal instrumento que o Governo teria para afastar de vez o fantasma da hiperinflação seria a redução do déficit público a zero.